

EUGENIO NOVAES



Amaral Netto exige provas da denúncia

Amaral nega ser "conspirador"

O líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), negou ontem, de forma veemente, qualquer participação no "Projeto Democracia", uma conspiração internacional com vistas a impedir a soberania econômica do Brasil na nova Constituição, conforme denúncia feita na véspera pelo deputado Luiz Salomão (PDT/RJ). Referindo-se ao autor da acusação como "canalha", "sem-

vergonha" e "mentiroso", o deputado exigiu "que ele venha aqui provar o que disse".

Não foi preciso esperar muito. Salomão, que ouviu os adjetivos pelos altifalantes que levam os discursos dos constituintes até seus gabinetes, apareceu em plenário para confirmar as denúncias, baseadas em informações de um correspondente de uma revista norte-americana.

Richa só aceita o Tocantins

Defensores de outros Estados querem derrubar o projeto

Um artigo a mais na nova redação do substitutivo do senador José Richa, relator da Comissão da Organização do Estado, gerou na noite de ontem um churrasco, organizado pelo deputado Hilário Braun (PMDB-RS). O encontro teve como prato principal a articulação de uma estratégia para derrotar, a partir das 15h de hoje, o novo texto que vai à votação. O motivo de insatisfação de vários constituintes, que integram a comissão, é o acolhimento da proposta de criação do Estado do Tocantins nas Disposições Transitórias do anteprojeto.

Inicialmente negada pelo substitutivo do relator Richa, a criação do Estado do Tocantins (proposta em bloco com os Estados de Santa Cruz, do Triângulo, do Maranhão do Sul, do Juruá e do Tapajós, no anteprojeto do deputado Siqueira Campos (PDC-GO), relator da Subcomissão dos Estados) passa agora a fazer parte da nova redação do substitutivo, após análise da emenda apresentada por Siqueira Campos, com dados novos. A decisão de Richa corresponde às expectativas do deputado, que vê nesta medida uma forma de "reparação ao Congresso Nacional", já que o projeto foi duas vezes aprovado pela Câmara e pelo Senado, sendo vetado pelo presidente Sarney.

Para os demais constituintes que encaminharam propostas de criação de novos Estados, esta decisão é, no mínimo, uma contradição do senador José Richa, como lembrou o deputado Paulo Roberto (PMDB-PA), autor da sugestão de criação do Estado do Tapajós. "Só ele poderá explicar por que atribuiu anteriormente infraconstitucionalidade à matéria e agora acolhe a sugestão que cria o Tocantins", ressalta.

O deputado Fernando Gomes (PMDB-BA), autor da proposta de criação do Estado de Santa Cruz, quer saber "que privilégio é este". Ele confirmou na tarde de ontem realização da reunião, à noite, para armar uma estratégia capaz de derrubar o substitutivo na fase de votação que começa hoje. Paulo Roberto, no entanto, disse não saber do objetivo do churrasco promovido por Hilário Braun. O constituinte gaúcho já havia encaminhado à secretaria da comissão pedido de destaque para as emendas que reforçam a criação dos seis Estados, e mais a que se refere à criação do Estado de Iguacu, assinada pelos deputados pefelistas Jaci Scanagatta, Alcei Guerra e Nilso Sguarezzi.

Por volta das 19 horas, os constituintes que assinaram propostas de criação dos novos Estados não eram mais encontrados em

seus gabinetes. "Já foi para a reunião", foi a resposta da secretária do deputado Davi Alves Silva (PDS-MA), que propõe o Estado do Maranhão do Sul. A reunião, em torno da churrascaria da sede campestre do Clube do Congresso, trará hoje para o plenário da comissão "a tentativa de mudar este quadro, através dos pedidos de destaque", como ressaltou o deputado Paulo Roberto. "Lamentamos quanto à contradição do senador", acrescentou, "mas vamos lutar para modificar o texto".

A primeira sessão de votação do substitutivo de Richa vai contar com a presença de adeptos à criação dos novos Estados. O lobby do Iguacu, por exemplo, que entrou neste processo através de emenda ao substitutivo, é comandado em Brasília, há três semanas, pelo presidente da Sociedade para Desenvolvimento e Emancipação do Iguacu, Edi Siliprandi, e o diretor da entidade, Osmar Lautenschleiger. Edi afirma contar com o apoio das bancadas federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e ficou surpreso ao ver que o senador Richa não acolheu a proposta. Ele afirmou que a região é auto-sustentável e traz à comissão argumentos que, acredita, irão sensibilizar o plenário na hora da votação.

CLAUDIO PEDRO/ANGULAR



Decisão de Richa provoca insatisfação

Distribuição de tributos dá briga regional

Poderia tranquilamente ser uma ação entre amigos, com critérios razoáveis que unissem os Estados contra a política arrebatadora da União, mas a aprovação do relatório da Comissão do Sistema Tributário, ao contrário, será um parto difícil. A briga regionalista prevaleceu e acentuou a divisão em várias questões, sobretudo quanto aos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados-FPE.

A sessão da Comissão para apreciação do relatório do deputado José Serra (PMDB-SP) será instalada hoje às 10:30 hs em clima tenso, já que as pressões partirão de todos os Estados, cujos governadores acompanharão cada passo das definições. Apesar disso, o presidente Francisco Dornelles (PFL-RJ), que lidera a facção contrária ao relator, não pediu medidas de segurança além daquelas de praxe. A previsão é de que as discussões se estendam até segunda-feira.

O bloco do Norte-Nordeste, majoritário na

Comissão, defende tratamento diferenciado para a região no tocante à divisão das cotas do FPE. Para tanto, os nordestinos fecharam uma proposta de composição da renda do fundo na proporção de 23% da arrecadação do Imposto de Renda-IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados-IP (atualmente é de apenas 16%), sendo 17% destinados às regiões Norte e Nordeste e os 6% restantes ao Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O relator, deputado José Serra, diverge tanto no tocante à composição de renda, como na divisão de cotas entre as regiões. Após muitas negociações de bastidores, ele admitiu tratamento diferenciado ao Nordeste, embora não em nível tão elevado, mas acha que a formação do fundo não deve comprometer mais do que 20% do IR e do IPI. O outro ponto do qual não abre mão é quanto aos privilégios reivindicados pelo Nordeste na distribuição dos demais recursos da União. Ele é radicalmente contra.

Projeto de Prisco será votado hoje

A Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições reúne-se hoje a partir das 9h30 para votar a segunda versão do substitutivo do deputado Prisco Viana (PMDB-BA). O primeiro texto recebeu 569 emendas, e o relator disse ontem que acolheu algumas sugestões, mas não alterou os pontos básicos de sua proposta: mandato-tampão de dois anos para os prefeitos e vereadores eleitos em 1988, facultada aos prefeitos a reeleição, adoção do sistema distrital misto, fixação do mandato presidencial em cinco anos e rejeição à criação do Tribunal Constitucional.

A parte relativa à Defesa do Estado foi mantida pelo relator em seu novo substitutivo e deverá ser aprovada sem maiores modificações pela comissão. Mas três questões prometem gerar polêmica: o mandato-tampão, que visa à coincidência das eleições, a não aceitação do Tribunal Constitucional e o mandato presidencial.

A proposta do mandato-tampão já sofreu críticas dentro do próprio PMDB, e o seu objetivo contraria o espírito do anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos — a coincidência das eleições. Já a criação do Tribunal Constitucional, aprovada por unanimidade pela Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas, é defendida arduamente por muitos constituintes, e tomará certamente grande parte dos debates. O relator da subcomissão, deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), vai lutar pela manutenção da sugestão, inclusive com o argumento de que ela foi consensual e não pode ser derrubada.

Prisco Viana sustenta sua posição afirmando que com a adoção do Tribunal Constitucional seria rompida a tradição brasileira, "desprezando aquela que talvez seja a mais rica e mais importante criação do Direito Público brasileiro, o peculiar sistema misto de controle de constitucionalidade das leis".

Quanto ao mandato presidencial, Prisco Viana sugere cinco anos tanto para os futuros presidentes quanto para Sarney. Na Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, foi aprovado o mandato de quatro anos em tese e o de cinco anos para o atual Presidente.

"Uma reparação", diz Siqueira

Após um plebiscito com resultado favorável, 60 cidades do norte de Goiás passam a integrar o Estado de Tocantins, que terá inicialmente um governador nomeado pelo Presidente da República, até que novo governante seja eleito, juntamente com a Assembléia Legislativa, em 1990. Cabe à União a antecipação de receitas de até 640 mil OTNs, que o Estado ressarcirá em 10 anos. A instalação desta nova unidade da Federação segue as normas da Lei Complementar nº 31/77, a mesma que instalou Mato Grosso do Sul. Esta é a síntese do artigo 30 que integra as Disposições Transitórias do novo texto do substitutivo do senador José Richa.

Embora tenha desagra-

dado os constituintes que propuseram a criação de outros novos estados, a medida é vista pelo autor da proposta de criação de Tocantins, deputado Siqueira Campos (PDC-GO), como uma "reparação ao Congresso Nacional". O projeto, aprovado duas vezes pela Câmara e pelo Senado, em 1985, foi vetado pelo presidente Sarney. Atualmente, ainda, se encontra em tramitação nas duas Casas. Ele lembra que a instalação do Tocantins é um compromisso firmado por Tancredo Neves, que garantiu sancionar o projeto e destinar recursos necessários.

Siqueira Campos diz que está pesaroso, "pois gostaria que todas as propostas de criação de novos Esta-

dos fossem acolhidas". Ele afirma, ainda, que estará ao lado dos constituintes na votação dos destaques. "Vou votar com eles", garantiu, "por uma questão de solidariedade e de coerência, já que acolhi as sugestões em meu anteprojeto, como relator da Subcomissão dos Estados".

A criação do Estado de Tocantins foi uma matéria remetida à Constituinte por sugestão do PMDB, e de outras forças políticas, segundo afirmou Siqueira Campos. E um projeto que conta com o apoio unânime da Assembléia Legislativa de Goiás, como adiantou Siqueira Campos, e tem o governador Henrique Santillo como presidente de honra do comitê pró-criação do Estado de Tocantins.